A natureza jurídica de uma DAO no direito de Singapura

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O common law de Singapura chega a uma qualificação padrão semelhante por outro caminho. Um grupo de pessoas que exerce uma atividade empresarial em comum com fim de lucro é uma partnership nos termos da s. 1 do Partnership Act 1890. Cada sócio responde conjuntamente pelas dívidas da firma, nos termos da s. 9, e sem limite. Um grupo que não exerce atividade empresarial é uma associação sem personalidade jurídica (unincorporated association). Ela não tem personalidade jurídica, só pode deter bens por meio de trustees e expõe os membros de sua diretoria a responsabilidade pessoal pelos contratos que celebram em seu nome.[1] Uma DAO que governa um protocolo que gera taxas e as distribui aos detentores exerce atividade empresarial com fim de lucro. Uma DAO que governa um protocolo de bem público sem distribuição pode ser uma associação sem personalidade jurídica. Nenhum dos resultados protege os membros.

Singapura tem mais uma armadilha. O Societies Act 1966 exige o registro de qualquer clube, sociedade, partnership ou associação de dez ou mais pessoas, com exceções, e tipifica como crime ser membro de uma sociedade não registrada. A lei

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

visava às sociedades secretas e raramente é aplicada a grupos comerciais, mas seus termos são amplos o bastante para abranger uma DAO com membros residentes em Singapura. O autor já viu a questão ser levantada em due diligence.[2]

A decisão norte-americana em CFTC v Ooki DAO, na qual um tribunal federal entendeu que uma DAO era uma associação sem personalidade jurídica passível de ser demandada e que seus detentores de tokens que votaram eram membros, tem força persuasiva em Singapura. A doutrina de Singapura a tem citado como a provável abordagem de um tribunal local. A Parte J, Capítulo VI trata da jurisprudência em formação.

Notas

1. Partnership Act 1890 (Singapura), ss 1, 5 e 9; sobre associações sem personalidade jurídica, ver os casos de Singapura reunidos na Parte J, Capítulo VI, e o Societies Act 1966, que exige o registro de certas associações de dez ou mais pessoas. ↩
2. Societies Act 1966 (Singapura), ss 2 (definição de society), 4 (registro) e 14 (crimes relativos a sociedades ilícitas). Até onde o autor sabe, o Registry of Societies não tomou posição sobre DAOs. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.